DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026, DE 04/11/2026

apostilas opção

BOA VIAGEM-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CEARÁ

TÉCNICO DE ENFERMAGEM



- Língua Portuguesa
- Matemática
- Atualidades e Convivência Social
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

BOA VIAGEM - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CEARÁ

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

EDITAL Nº 001/2026, DE 04/11/2026

CÓD: OP-044NV-26
7901183013104

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto 9
2. Tipos e gêneros textuais 10
3. Fonética: Encontros consonantais e vocálicos, sílaba (divisão e classificação) 10
4. Acentuação gráfica 12
5. Ortografia 13
6. Pontuação 14
7. Morfologia: Classes de palavras 16
8. Processo de formação das palavras 22
9. Análise sintática dos períodos simples e composto 23
10. Concordância nominal e verbal 28
11. Regência verbal e nominal 30
12. Semântica: Sinonímia, antonímia e paronímia; Linguagem e sentido 31
13. Tipos de linguagem: Verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal 32
14. Funções da linguagem 34
15. Colocação pronominal 36
16. Ambiguidade 38
17. Figuras de linguagem 41
18. Coesão; Coerência; Referenciação 44

Matemática

1. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Frações ordinárias e decimais. Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas; conjuntos numéricos: números naturais e inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum). Números racionais e irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal). Números reais (relação de ordem e intervalos). Operações 51
2. Equações do 1º e 2º graus. Problemas; resoluções de equações, inequações e sistemas 64
3. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal 70
4. Sistema monetário brasileiro 72
5. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta 74
6. Porcentagem 80
7. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes 82
8. Fundamentos da teoria dos conjuntos 84
9. Funções: estudo das relações, definição da função, funções definidas por fórmulas: domínio, imagem e contradomínio, gráficos, função injetora, sobrejetora e bijetora, funções par e ímpar, funções crescentes e decrescentes, função inversa, função composta, função polinomial do 1º grau, quadrática, modular, exponencial e logarítmica 86
10. Sequência 99
11. Geometria plana. Ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais, teorema de tales e aplicações. Polígonos: elementos e classificação, diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos. Área: polígonos e suas partes; geometria espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações) 104

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

12. Álgebra: análise combinatória 111

Atualidades e Convivência Social

1. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Boa Viagem; Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Boa Viagem – Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade; Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado 119
2. Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente: A relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo 123
3. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos; Recursos hídricos; Bacias hidrográficas e seus aproveitamentos 126
4. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida; A destruição da camada de ozônio e impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil; Origem e evolução do conceito de sustentabilidade 130
5. Ética, moral e cidadania; Ética profissional e social 134

Conhecimentos Específicos
Técnico de Enfermagem

1. Sistema único de saúde – SUS: Fundamentos e práticas em atenção primária à saúde e medicina de família e comunidade; Políticas públicas de saúde: bases legais do sistema único de saúde (SUS) – Lei orgânica do sistema único de saúde (Lei federal 8.080/90, 19 de setembro de 1990; Lei federal 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990); Histórico; Atenção primária a saúde; Política nacional de atenção básica ; Normas operacionais básicas – NOB-SUS De 1996; Controle social do SUS 145
2. Lei complementar n. 141/12, de 13 de janeiro de 2012 regulamenta o § 3º do artigo 198 da constituição federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela união, estados, distrito federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde; Estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; Revoga dispositivos das Leis n. 8.080/90, de 19 de setembro de 1990, e 8.689/93, de 27 de julho de 1993; E dá outras providências 162
3. Decreto n. 7.508/11, de 28 de junho de 2011 regulamenta a Lei n. 8.080/90, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do sistema único de saúde – SUS 169
4. Indicadores epidemiológicos 173
5. Biossegurança nas ações em saúde; Programa de controle de infecção hospitalar 177
6. Vigilância epidemiológica 183
7. Preparação e acompanhamento do paciente na realização de exame diagnóstico 185
8. Posições para exames 189
9. Sinais vitais e medidas antropométricas 191
10. Controle hídrico e diurese 204
11. Técnicas de higiene, conforto e segurança do paciente 208
12. Cuidados de enfermagem com paciente em situação de urgência e emergência 215
13. Princípios de preparo e administração de medicamentos pelas diversas vias; Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia 218
14. Procedimentos por via respiratória 223
15. Manuseio de equipamentos e materiais esterilizados; Processamento de artigos hospitalares: limpeza, desinfecção e esterilização 227

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

16. Prontuário e anotações de enfermagem 236
17. Cuidados com lesões cutâneas; Curativos: potencial de contaminação e técnicas de curativos; Tratamento e prevenção de feridas 239
18. Assistência de enfermagem em clínica médica 245
19. Assistência de enfermagem ao paciente idoso 251
20. Cuidados de enfermagem a pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré, trans e pós-operatórios das cirurgias gerais 254
21. Assistência de enfermagem a pacientes com transtornos mentais; Condutas do técnico de enfermagem na saúde mental; Intervenções, sinais e sintomas 271
22. Aleitamento materno; Cuidados com o RN 275
23. Agravos sociais à criança e ao adolescente de violência e abandono 286
24. Notificação das doenças transmissíveis: prevenção e controle 290
25. Doenças sexualmente transmissíveis 292
26. Tipos de doenças e prevenções, dosagens, aplicação, esterilização de material 296
27. Saúde da mulher; Planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas; Assistência de enfermagem na saúde da mulher 296
28. Registros de enfermagem e ocorrências no serviço: implicações legais e éticas 300
29. Imunização: aplicação, transporte, armazenamento e conservação de vacinas; Programa nacional de imunização (PNI). 304
30. Legislação ética profissional e relações humanas 316

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

▸Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

▸Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

▸Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

▸Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

▸Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

FONÉTICA: ENCONTROS CONSONANTAIS E VOCÁLICOS, SÍLABA (DIVISÃO E CLASSIFICAÇÃO)

Muitas pessoas acreditam que fonética e fonologia são sinônimos. No entanto, embora ambas pertençam à mesma área de estudo, apresentam diferenças significativas.

▸Fonética

Segundo o Dicionário Houaiss, fonética "é o estudo dos sons da fala de uma língua".

Isso significa que a fonética é um ramo da linguística que analisa os sons do ponto de vista físico e articulatório. Ou seja, preocupa-se com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros aspectos físicos da fala, sem considerar o conteúdo do que é dito.

Para representar cada som, utiliza-se o Alfabeto Fonético Internacional (AFI).

Em síntese, a fonética estuda os movimentos físicos — da boca, dos lábios, da língua etc. — envolvidos na produção dos sons, desconsiderando seu significado.

▸Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Ou seja, a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Para ficar mais claro, leia os quadrinhos:

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA

NÚMEROS RELATIVOS INTEIROS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO E POTENCIAÇÃO). MÚLTIPLOS E DIVISORES: MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM. FRAÇÕES ORDINÁRIAS E DECIMAIS. NÚMEROS DECIMAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES. EXPRESSÕES NUMÉRICAS; CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS E INTEIROS (DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORAÇÃO, MÁXIMO DIVISOR COMUM, MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM). NÚMEROS RACIONAIS E IRRACIONAIS (RETA NUMÉRICA, VALOR ABSOLUTO, REPRESENTAÇÃO DECIMAL). NÚMEROS REAIS (RELAÇÃO DE ORDEM E INTERVALOS). OPERAÇÕES

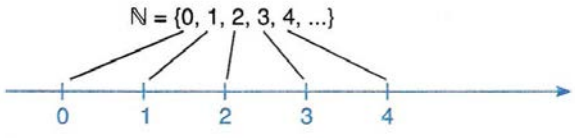
Conjunto dos Números Naturais - N[1]

O conjunto dos números naturais, representado por N, é formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, também conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja considerado um número natural no sentido de representar objetos contáveis da natureza, ele é incluído neste conjunto devido às suas propriedades algébricas semelhantes às dos números naturais.

Portanto, consideraremos que a sequência de números naturais começa com o zero, e podemos representar este conjunto da seguinte forma: N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}



As reticências (três pontos) sinalizam que este conjunto é infinito, ou seja, não possui um fim. O conjunto N é composto por uma infinidade de números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

ℕ* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, ...}

Subconjuntos notáveis em ℕ:

1 – Números Naturais não nulos
ℕ* = {1, 2, 3, 4, ..., n, ...}; ℕ* = ℕ – {0}

2 – Números Naturais pares
$\mathbb{N}_p$ = {0, 2, 4, 6, ..., 2n, ...}, com n ∈ ℕ

3 – Números Naturais ímpares
$\mathbb{N}_i$ = {1, 3, 5, 7, ..., 2n + 1, ...}, com n ∈ ℕ

4 – Números primos
P = {2, 3, 5, 7, 11, 13, ...}

A construção dos Números Naturais

Cada número natural, incluindo o zero, possui um sucessor, que é o número seguinte na sequência dos números naturais. Exemplos: Seja m um número natural.

a) O sucessor de m é m+1.

b) O sucessor de 1 é 2.

c) O sucessor de 4 é 5.

▪ Quando um número natural é o sucessor do outro, esses dois números são chamados de números consecutivos.

Exemplos:

a) 5 e 6 são números consecutivos.

b) 9 e 10 são números consecutivos.

c) 90 e 91 são números consecutivos.

▪ Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

▪ Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

O conjunto é denominado conjunto dos números naturais pares. Embora, em algumas situações, também possamos utilizar a expressão "sequência dos números naturais pares" para representá-lo: P = {0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, ...}.

O conjunto a seguir é chamado de conjunto dos números naturais ímpares, também conhecido como a sequência dos números ímpares: I = {1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, ...}.

Operações com Números Naturais

▪ **Adição de Números Naturais:** a primeira operação fundamental da Aritmética tem por finalidade reunir em um só número, todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 soma ou total*

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

▪ **Subtração de Números Naturais:** é usada quando precisamos tirar uma quantia de outra, é a operação inversa da adição. A operação de subtração só é válida nos naturais quando subtraímos o menor número do maior, ou seja quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 07 a diferença.*

▫ **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

▪ **Multiplicação de Números Naturais:** é a operação que tem por finalidade adicionar o primeiro número denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número denominadas multiplicador.

Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 2 vezes 5 é somar o número 2 cinco vezes: 2 x 5 = 2 + 2 + 2 + 2 + 2 = 10. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes necessitamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número que é o maior é denominado dividendo e o outro número que é menor é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente obteremos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural e na ocorrência disto a divisão não é exata.

$$\begin{array}{c|c} a & b \\ \hline r & q \end{array} \Leftrightarrow \begin{cases} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{cases}$$

Relações essenciais numa divisão de números naturais:

▪ Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.

45 : 9 = 5

▪ Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.

45 = 5 x 9

Atenção: a divisão de um número natural n por zero não é viável, pois, se considerássemos que o quociente fosse q, teríamos a seguinte igualdade: n ÷ 0 = q, o que implicaria em n = 0 x q = 0, o que não é válido. Portanto, a divisão de n por 0 é considerada inviável ou impossível.

Propriedades das operações matemáticas em números naturais: para quaisquer números naturais a, b e c:

▪ **Associatividade da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
▪ **Comutatividade da adição:** a + b = b + a
▪ **Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
▪ **Associatividade da multiplicação:** (a * b) * c = a * (b * c)
▪ **Comutatividade da multiplicação:** a * b = b * a
▪ **Elemento neutro da multiplicação:** a * 1 = a
▪ **Distributividade da multiplicação em relação à adição:** a * (b + c) = a * b + a * c
▪ **Distributividade da multiplicação em relação à subtração:** a * (b - c) = a * b - a * c
▪ **Fechamento:** Tanto a adição como a multiplicação de números naturais resultam em números naturais.

PROBLEMAS COM AS QUATRO OPERAÇÕES

Os cálculos para resolver problemas desse tipo incluem adições e subtrações, seguidas de multiplicações e divisões. Depois, os problemas são resolvidos utilizando princípios algébricos, ou seja, formulamos equações matemáticas com variáveis desconhecidas (representadas por letras). Aqui estão algumas situações que podem ser descritas e resolvidas usando a álgebra.

Atenção: É bom ter em mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x: **2x**

O triplo de um número: **3x**

O dobro de um número adicionado de 4: **2x + 4**

Um número adicionado de seu triplo: **x + 3x**

O quíntuplo de a subtraído do sêxtuplo de y: **5a - 6y**

Exemplos:

01. (Pref. Guarujá/SP – SEDUC – Professor de Matemática – CAIPIMES) Sobre 4 amigos, sabe-se que Clodoaldo é 5 centímetros mais alto que Mônica e 10 centímetros mais baixo que Andreia. Sabe-se também que Andreia é 3 centímetros mais alta que Doralice e que Doralice não é mais baixa que Clodoaldo. Se Doralice tem 1,70 metros, então é verdade que Mônica tem, de altura:

(A) 1,52 metros.
(B) 1,58 metros.
(C) 1,54 metros.
(D) 1,56 metros.

Resolução:

Escrevendo em forma de equações, temos:
C = M + 0,05 (I)
C = A – 0,10 (II)
A = D + 0,03 (III)
D não é mais baixa que C
Se D = 1,70 , então:
(III) A = 1,70 + 0,03 = 1,73
(II) C = 1,73 – 0,10 = 1,63
(I) 1,63 = M + 0,05
M = 1,63 – 0,05 = 1,58 m
Resposta: B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIAL

EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM; ACONTECIMENTOS E FATOS RELEVANTES E ATUAIS DO CONTEXTO INTERNACIONAL, NACIONAL, ESTADUAL E DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM – DIVERSIDADE CULTURAL, CONFLITOS E VIDA EM SOCIEDADE; FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS, PENSAMENTO POLÍTICO E AÇÃO DO ESTADO

Formação territorial e trajetória histórica de Boa Viagem

O território de Boa Viagem integra o interior do Ceará e possui uma trajetória marcada pela ocupação dos sertões, pela formação de propriedades rurais, pela criação de animais e pela constituição de instituições religiosas e administrativas. A interpretação dessa trajetória exige distinguir a existência de populações e caminhos anteriores à colonização, a chegada de agentes ligados à expansão colonial e a formação posterior do município. As datas referentes à criação de freguesia, vila e cidade correspondem a atos administrativos específicos; não significam que a vida social tenha começado somente quando uma autoridade formalizou uma unidade territorial.

- **Ocupação do sertão e caminhos de povoamento**

A interiorização da colonização portuguesa no Ceará esteve associada à pecuária, à procura de terras e à abertura de rotas que ligavam áreas de criação aos mercados e povoações. A criação extensiva de gado demandava espaços amplos, aguadas e áreas de pastagem, favorecendo a implantação de fazendas próximas a riachos e caminhos de circulação. Os cursos de água, mesmo quando temporários, eram referências para orientar deslocamentos e a localização de moradias. Essa organização modificou formas anteriores de ocupação e ampliou conflitos pelo controle da terra e pelo acesso aos recursos necessários à sobrevivência.

Sesmarias, povos originários e desigualdade de acesso à terra

As sesmarias eram concessões de terras praticadas no período colonial. A documentação histórica registra a concessão de terras na região do riacho Cavalo Morto a Antônio Domingos Alvarez, no século XVIII. Essa referência ajuda a compreender a expansão de propriedades e a consolidação de caminhos de pastoreio, mas não autoriza afirmar que não existiam pessoas na região antes do registro colonial. Povos indígenas ocupavam o interior nordestino antes da expansão luso-brasileira, com práticas próprias de circulação e uso ambiental. A concessão de terras por autoridades coloniais não equivalia ao reconhecimento de seus direitos ou de sua presença.

A concentração fundiária definiu oportunidades desiguais de trabalho e acesso à água. Fazendas articulavam criação, comércio e relações de dependência, enquanto famílias com poucos recursos combinavam trabalho remunerado, pequenas roças e atividades complementares. O controle de terras, rebanhos e meios de transporte influenciava a distribuição de poder e a capacidade de enfrentar períodos secos.

Riachos, rotas e formação de núcleos

Uma comunidade instalada nas proximidades do riacho Cavalo Morto podia reunir residências, locais de encontro, atividades de criação e pontos de passagem. O curso de água não mantinha o mesmo volume em todas as estações, de modo que a localização das aguadas e a possibilidade de armazenar recursos influenciavam a rotina de trabalho. A circulação de tropeiros, criadores e comerciantes aproximava áreas antes dispersas. Ao redor dos espaços de culto, comércio e administração, os contatos sociais tornavam-se mais frequentes, contribuindo para a consolidação de um povoado.

- **Da freguesia à autonomia administrativa**

A antiga denominação Cavalo Morto foi substituída por Boa Viagem. O nome atual está associado à tradição religiosa de Nossa Senhora da Boa Viagem, expressão que passou a identificar a localidade e a vida comunitária. Em 1862, Boa Viagem adquiriu organização como freguesia; em 1864, foi elevada à condição de vila, com desmembramento de Quixeramobim. A emancipação política de 21 de novembro de 1864 é um marco da história municipal. Em 1931, Boa Viagem foi incorporada novamente a Quixeramobim; em 1936, recuperou a condição de vila, e em 1938 recebeu a categoria de cidade. Distritos como Jacampari, Ibuaçu e Domingos da Costa exemplificam posteriores alterações territoriais e administrativas.

Instituições locais e redefinição dos limites

Ao longo do tempo, a administração do território incorporou serviços públicos, organização de vias e relações mais estáveis com outras localidades cearenses. Distritos e comunidades rurais passaram a integrar redes de atendimento, abastecimento, escolarização e participação política articuladas à sede. O crescimento de um núcleo urbano não eliminou a importância das localidades dispersas: a distância entre habitações, os custos de deslocamento e as necessidades distintas de cada comunidade continuam influenciando a oferta de equipamentos públicos.

Povoação, freguesia, vila e cidade designavam categorias distintas da organização territorial. A freguesia se vinculava à estrutura religiosa e administrativa; a vila exercia funções civis próprias; a categoria de cidade resultava de reconhecimento oficial. Essas alterações formais não garantiam melhoria imediata dos serviços ou da autonomia efetiva dos moradores, condicionadas também por processos econômicos e políticos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

A memória coletiva reúne documentos, construções, nomes de lugares, narrativas familiares e celebrações, que nem sempre descrevem o passado com o mesmo grau de precisão. Relatos sobre fundadores e episódios religiosos são importantes para a identidade da população, mas devem ser diferenciados de registros sobre concessões de terra e criação administrativa. A história de Boa Viagem resulta da participação de muitos grupos, incluindo pessoas cuja presença pode ter sido pouco registrada oficialmente. Essa perspectiva permite compreender a constituição do município sem reduzir sua trajetória à atuação de um único proprietário ou a um único acontecimento.

Paisagem, população e circuitos econômicos

Boa Viagem situa-se no interior cearense e participa da região de planejamento do Sertão de Canindé. O censo de 2022 registrou 50.411 moradores em território superior a 2,8 mil quilômetros quadrados. A localização no semiárido ajuda a explicar a organização das atividades produtivas, mas não determina isoladamente os resultados sociais. O município reúne sede urbana, distritos e comunidades rurais, conectados por estradas, feiras, redes familiares e serviços. As diferenças entre áreas de maior concentração de estabelecimentos e espaços de ocupação dispersa influenciam o custo do transporte, o acesso a equipamentos públicos e a circulação de mercadorias.

▸ O semiárido e a ocupação do território

O semiárido cearense apresenta temperaturas geralmente elevadas, chuvas concentradas em parte do ano e grande variabilidade entre as estações e entre diferentes anos. A Caatinga, vegetação característica da região, inclui árvores e arbustos que podem perder folhas durante períodos secos e recuperar a atividade vegetativa quando a água se torna disponível. A paisagem não é uniformemente árida nem biologicamente pobre: há diversidade de espécies, condições de relevo e microambientes. A distribuição irregular das precipitações afeta diretamente as possibilidades de plantio, a formação de pastagens e o planejamento do abastecimento.

Território extenso e organização das moradias

A população está distribuída de maneira desigual entre sede, distritos e comunidades rurais. Uma ida ao atendimento de saúde, ao mercado especializado ou a um órgão administrativo pode exigir longo deslocamento. Escolas, unidades de saúde e estradas precisam ser planejadas conforme distâncias, acessibilidade e dificuldades sazonais, e não apenas pelo total de moradores.

O deslocamento também participa da dinâmica econômica. Um produtor rural pode vender parte de sua colheita em circuito de vizinhança e outra parcela na feira da sede, onde encontra compradores com necessidades distintas. O comércio local distribui alimentos, roupas, insumos agropecuários e materiais de construção, interligando produção, consumo e transporte. Essas conexões demonstram que economia urbana e economia rural não funcionam separadamente: renda gerada no campo movimenta estabelecimentos da sede, e serviços urbanos apoiam as atividades realizadas nas comunidades.

▸ Trabalho, mobilidade e serviços

A pecuária bovina, caprina e ovina integra a história econômica da região, assim como cultivos adaptados às condições locais, pequenos comércios e atividades de prestação de serviços. A agricultura familiar pode combinar plantio para consumo doméstico, venda de excedentes e criação animal. O resultado de cada ciclo depende da quantidade e distribuição das chuvas, da disponibilidade de sementes e ferramentas, das condições do solo e dos canais de comercialização. A atividade rural não corresponde apenas à produção de mercadorias: mantém formas de cooperação, conhecimentos transmitidos entre gerações e vínculos comunitários.

Feiras, comércio e redes regionais

Em uma feira agropecuária, produtos cultivados em comunidades diferentes podem circular lado a lado com mercadorias trazidas de outros municípios. Esse encontro estabelece preços, amplia possibilidades de compra e conecta pessoas que não residem no mesmo lugar. Serviços de manutenção, transporte, alimentação e armazenamento complementam a comercialização. A presença de instituições públicas, por sua vez, cria demanda de trabalhadores, fornecedores e serviços de apoio, influenciando a circulação de renda sem substituir a iniciativa privada ou as formas associativas de produção.

As atividades econômicas podem ser comparadas conforme sua distribuição territorial e as condições necessárias ao seu funcionamento. Essa comparação evita a ideia equivocada de que exista um único setor responsável por toda a vida econômica municipal.

Atividade econômica	Localização e vínculos	Condições que afetam o funcionamento
Agricultura familiar	Comunidades rurais, feiras e mercados	Regularidade das chuvas, solo e canais de venda
Pecuária	Fazendas e pequenas propriedades conectadas a compradores	Pastagem, sanidade animal e acesso à água
Comércio e serviços	Sede, distritos e pontos de circulação	Mobilidade, renda das famílias e abastecimento
Administração e serviços públicos	Equipamentos e unidades de atendimento	Planejamento territorial e demanda da população

O quadro evidencia relações de complementaridade. A baixa disponibilidade de água pode alterar a renda rural e reduzir as compras em estabelecimentos comerciais, ao passo que a melhoria de estradas facilita o transporte de pessoas e produtos. Também indica que a presença do setor público tem efeitos econômicos, sem que sua função principal deixe de ser a garantia de serviços e direitos. A diversidade das ocupações amplia possibilidades de renda, mas exige formação profissional, infraestrutura e acesso a mercados.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE; POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: BASES LEGAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – LEI ORGÂNICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (LEI FEDERAL 8.080/90, 19 DE SETEMBRO DE 1990; LEI FEDERAL 8.142/90, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990); HISTÓRICO; ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE; POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA ; NORMAS OPERACIONAIS BÁSICAS – NOB-SUS DE 1996; CONTROLE SOCIAL DO SUS

Trajetória histórica e fundamentos constitucionais do Sistema Único de Saúde

- **Dos modelos anteriores à Constituição**

Campanhas sanitárias e polícia sanitária

Até meados do século XX, a intervenção estatal em saúde no Brasil concentrou-se em campanhas dirigidas a epidemias e endemias, como febre amarela, varíola e peste, conduzidas com forte caráter normativo e, não raro, compulsório. Esse modelo, denominado campanhista, privilegiava o controle das doenças que ameaçavam o comércio e a ordem urbana e tratava a saúde como matéria de polícia sanitária, e não como direito de cidadania. O Ministério da Saúde, criado em 1953, deu autonomia administrativa ao setor, mas a assistência médica individual continuou fora de suas responsabilidades principais.

Assistência vinculada ao trabalho formal

A atenção médica individual desenvolveu-se pela via previdenciária. As Caixas de Aposentadorias e Pensões, criadas em 1923 para categorias profissionais organizadas, deram origem a um modelo em que o direito ao atendimento decorria da contribuição do trabalhador. Mais tarde, os Institutos de Aposentadorias e Pensões foram unificados, em 1966, no Instituto Nacional de Previdência Social, e, em 1977, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) passou a administrar a assistência médica previdenciária. Quem não possuía vínculo formal dependia da filantropia, das Santas Casas ou do pagamento direto, e a rede se expandiu por compra de serviços privados, com ênfase hospitalar e curativa.

O quadro apresentado abaixo organiza os principais períodos anteriores e posteriores a 1988, comparando o modelo de organização, a lógica de acesso e a população beneficiada em cada um.

Período	Modelo predominante	Lógica de acesso	População beneficiada
Início do século XX até 1930	Sanitarismo campanhista	Ações coletivas de controle de doenças	Centros urbanos e portos, sem direito individual definido
1923 a 1966	Caixas e institutos previdenciários	Contribuição vinculada à categoria profissional	Trabalhadores formais de categorias organizadas
1966 a 1988	INPS e INAMPS	Vínculo previdenciário e compra de serviços privados	Trabalhadores formais e dependentes; os demais, pela filantropia
Após 1988	Sistema Único de Saúde	Direito universal, sem exigência de contribuição	Toda a população

O quadro mostra que a cobertura dependia, até 1988, da condição de trabalho e não da cidadania, o que gerava exclusão e fragmentação entre as ações coletivas, a cargo do Ministério da Saúde, e a assistência individual, a cargo da previdência. O SUS rompe com essa lógica ao desvincular o acesso de qualquer contribuição e ao reunir, sob um mesmo comando em cada esfera de governo, a prevenção e a assistência.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

A reforma sanitária e a Constituição de 1988

Movimento sanitário e VIII Conferência Nacional de Saúde

Nos anos 1970 e 1980, profissionais de saúde, pesquisadores, sindicatos e movimentos populares articularam o movimento da Reforma Sanitária, que denunciava a iniquidade do modelo vigente e propunha a saúde como direito social, sustentado por um sistema público unificado. No plano interno, as Ações Integradas de Saúde (1983) e os Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (1987) aproximaram a previdência e as secretarias de saúde. A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, foi a primeira com ampla participação social e produziu um relatório que concebeu a saúde como resultante das condições de vida, como alimentação, habitação, educação, renda, trabalho e acesso a serviços, propondo a criação de um sistema único.

A saúde na seguridade social

A Constituição Federal de 1988 incorporou boa parte dessas propostas. A saúde integra, com a previdência e a assistência social, o sistema de seguridade social previsto no artigo 194. O artigo 196 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. O artigo 197 reconhece a relevância pública dessas ações e serviços, e o artigo 198 organiza as ações e serviços públicos em uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único, com três diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e participação da comunidade. O artigo 199 admite a participação complementar da iniciativa privada, e o artigo 200 enumera atribuições do sistema, como a vigilância sanitária e epidemiológica e a saúde do trabalhador.

A regulamentação veio com as leis 8.080 e 8.142, de 1990, e com a Lei 8.689, de 1993, que extinguiu o INAMPS e transferiu suas funções ao Ministério da Saúde, aos estados e aos municípios.

Lei Orgânica da Saúde: Lei Federal 8.080/1990

Objeto e concepção de saúde

Alcance da lei

A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, regula em todo o território nacional as ações e serviços de saúde executados, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado. Dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Define a saúde como direito fundamental do ser humano, cabendo ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sem excluir o dever das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Determinantes e condicionantes

O artigo 3º adota uma concepção ampliada de saúde ao afirmar que ela tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Os níveis de saúde expressam, assim, a organização social e econômica do país, e as ações do sistema destinam-se a garantir bem-estar físico, mental e social. Essa formulação sustenta a atuação intersetorial e explica por que o campo do SUS vai além da assistência a doentes.

Campo de atuação do SUS

O artigo 6º inclui no campo de atuação do sistema, entre outras, as atividades listadas abaixo, que mostram a amplitude do SUS e a articulação entre ações coletivas e individuais.

- A execução de ações de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica.
- A execução de ações de saúde do trabalhador.
- A assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- A vigilância nutricional e a orientação alimentar.
- A formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde.
- A ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde.

Princípios, diretrizes e organização

Princípios doutrinários

O artigo 7º enumera os princípios que orientam o sistema. A universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência assegura a todo cidadão o direito de ser atendido, independentemente de contribuição. A integralidade de assistência entende o cuidado como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade. A igualdade da assistência, sem preconceitos ou privilégios, é complementada, na doutrina sanitária, pela noção de equidade, que orienta tratar de modo desigual as necessidades desiguais. Somam-se a preservação da autonomia das pessoas, o direito à informação e a utilização da epidemiologia para estabelecer prioridades.

Princípios organizativos

A descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo e ênfase nos serviços municipais, é acompanhada pela regionalização e pela hierarquização da rede, pela capacidade de resolução em todos os níveis, pela participação da comunidade e pela organização dos serviços de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

Direção, competências e complementaridade privada

O artigo 9º atribui a direção do SUS ao Ministério da Saúde na União, às secretarias estaduais e do Distrito Federal nos estados e às secretarias municipais nos municípios. A coordenação federativa ocorre nas comissões intergestores, reconhecidas pelo artigo 14-A: a Comissão Intergestores Tripartite, no plano nacional, e as Comissões Intergestores Bipartite, nos estados, foros de negociação e pactuação entre gestores. Os artigos 16 a 18 distribuem as competências: à União cabem a formulação da política nacional, a normatização e a coordenação de sistemas

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

